



O PAPEL DA PSICOLOGIA NA REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Maria Eduarda de França Santos

Janaúba- MG

Novembro-2021

Maria Eduarda de França Santos

**O PAPEL DA PSICOLOGIA NA REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES
QUÍMICOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciências e Tecnologia de Janaúba – FACITEC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Roberto Carlos Pires Júnior

Janaúba- MG

Novembro-2021

SANTOS, Maria Eduarda de França

PIRES JÚNIOR, Roberto Carlos

RESUMO

O presente artigo é uma discussão acerca da Psicologia na reabilitação de dependentes químicos. Assim, tem como objetivo compreender a atuação do psicólogo no tratamento e reabilitação da dependência química. Para isso, foi feita uma revisão integrativa que adotou caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa. Para levantamento de dados e obtenção das informações utilizou-se as seguintes bases de dados: BVS-Psi (Index Psi e SCIELO); LILACS. Foram selecionados 11 artigos que constituíram o corpus do estudo. Os dados obtidos dos artigos foram comparados e analisados a partir da análise de conteúdo. Observou-se a partir do material analisado, que a reabilitação pela Psicologia acontece por meio de serviços ofertados em comunidades terapêuticas, CAPS ad. E como práticas da Psicologia destacaram-se o uso de técnicas projetivas, psicoterapia e a psicanálise. Concluiu-se neste artigo que é importante através da instituição, seja ela qual for, proporcionar um espaço para a conversa livre, com o trabalho do psicólogo mais valorizado, um ambiente acolhedor e uma escuta atenta.

Palavras-chave: Dependência química; toxicomania; reabilitação; psicologia.

ABSTRACT

This article is a discussion about Psychology in the rehabilitation of drug addicts. Thus, it aims to understand the role of the psychologist in the treatment and rehabilitation of chemical dependency. For this, an integrative review was carried out, which adopted an exploratory-descriptive character and a qualitative approach. To collect data and obtain information, the following databases were used: BVS-Psi (Index Psi and SCIELO); - LILACS. Eleven articles that constituted the corpus of the study were selected. Data obtained from the articles were compared and analyzed using content analysis. It was observed from the analyzed material that rehabilitation through Psychology takes place through services offered in therapeutic communities, caps-ad. And as Psychology practices, the use of projective techniques, psychotherapy and psychoanalysis stood out. It was concluded in this article that it is important for the institution, whatever it may be, to provide a space for free conversation, with the work of the most valued psychologist, a welcoming environment and attentive listening.

Key words: Chemical dependency; drug addiction; rehabilitation; psychology.

INTRODUÇÃO

A dependência química na atualidade corresponde a um fenômeno amplamente divulgado e discutido, uma vez que o uso abusivo de substâncias psicoativas tornou-se um grave problema social e de saúde pública. As substâncias psicoativas são aquelas que atuam no cérebro e causam algum tipo de alteração no estado psíquico do indivíduo (SOUZA, 2010). Exemplos destas substâncias são as drogas, caracterizadas como substância sintética ou natural, que seja capaz de produzir dependência orgânica ou psicológica através de doses variadas (OMS 2004).

Constata-se, que o consumo de drogas faz parte de um fenômeno que atinge todas as sociedades, grupos sociais e faixas etárias. Este consumo configura um problema de acordo com a forma em que a própria sociedade lida com este fato, o consumo pode ser definido como uso, abuso ou dependência, sendo a dependência o grau mais prejudicial, caracterizado como enfermidade (ROCHA, 2015).

Com isso, estabelece-se a dependência química, como um grupo de ocorrências de ordem cognitiva, fisiológica e comportamental que se manifesta após o uso excessivo de substâncias psicoativas. E então, é considerada um problema social grave e complexo, uma vez que afeta diretamente o bem-estar do usuário e conseqüentemente a saúde pública (PRATTA et al., 2009).

Tais conseqüências podem possibilitar a produção de mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional dos usuários, capaz de alterar reflexos inatos e/ou adquiridos. Essas alterações variam de acordo com as características individuais, emocionais e físicas de quem as usa, da droga escolhida, da quantidade, frequência de uso e circunstâncias em que é consumida (AIVAREZ; GOMES; XAVIER , 2014).

Com isso, mesmo que dependentes tenham uma patologia em comum, são necessários tratamentos diferenciados. Pois, isso ocorre devido ao fato desta dependência ser uma doença que afeta as esferas psíquicas, sociais e biológicas, então, deve-se levar em consideração aspectos da vida individual de cada paciente, sendo necessário que seja feita a intervenção mais adequada possível às condições de vida do usuário (SOUZA, 2010).

Contudo, são consideradas como formas de tratamento a desintoxicação, grupos de autoajuda, comunidades terapêuticas, tratamento farmacológicos e tratamentos psicossociais. Cada um será utilizado de acordo com a gravidade do caso e parâmetros de vida do dependente (BRASIL, 2011).

À vista disso, destaca-se que em 2011 foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) (BRASIL, 2011/2013), composta por serviços territoriais, como equipes de atenção básica, Consultório Rua, Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e leitos hospitalares para serviços de psiquiatria para reabilitação social. Além da criação destes serviços, esta política age reforçando a necessidade de capacitação dos profissionais para aprimoramento de estratégias que atuem no modelo de cuidado em saúde mental (ZANARDO; BIANCHESSI; ROCHA, 2018).

A Atenção Psicossocial atua dando suporte para um plano integrado de cuidados em saúde. Essa organização do trabalho em rede objetiva intensificar a atividade das equipes de saúde enquadradas na atenção básica, possibilitando maior articulação da rede de serviços, buscando o cuidado ampliado para as necessidades dos usuários, tendo com apoio a estratégia de cuidado e prevenção de riscos e danos sociais e à saúde da Política Nacional sobre Drogas (MOREIRA; CAMPOS, 2017).

Segundo Rocha (2015) a Política Nacional sobre Drogas (PNAD) relaciona a diferença entre o usuário de drogas, o dependente e o traficante. Esta política trabalha em cinco tópicos:(1) Prevenção:se baseia na filosofia da responsabilidade compartilhada, onde há a orientação para a promoção da saúde e bem-estar social, valores sociais e morais para a construção de uma sociedade saudável;(2) Tratamento, recuperação e reinserção social: Disponibiliza permanentemente aos usuários que esperam a recuperação as diferentes etapas do tratamento, a recuperação e a reinserção social;(3) Redução dos danos sociais e à saúde:tem a criação de estratégias de saúde que visam a diminuição das consequências do abuso de drogas, reduzindo as situações de risco;(4) Redução da oferta: chamada também de repressão, são ações do governo relacionadas especificamente à segurança dos indivíduos com relação à violência e crimes, decorrentes do tráfico, e bloqueio das drogas vindos do exterior(5) Estudos, pesquisas e avaliações:promove estudos,

pesquisas, análises e avaliações acerca das drogas, em relação a tratamento e conhecimento em geral, além de oferecerem maior eficácia ao sistema de ações repressivas e também.

Partindo disso, ressalta-se que a redução de danos consiste em um repertório de intervenções, com finalidade de prevenir as conseqüências nocivas do uso de drogas, sem haver necessidade de abstinência (BASTOS; ALBERTI, 2018) Associado a este conceito, emprega-se a reabilitação, que segundo a OMS “um conjunto de medidas que ajudam pessoas com deficiências ou prestes a adquirir deficiências a terem e manterem uma funcionalidade ideal na interação com seu ambiente” (OMS, 2011, p.100).

Dado isso, pontua-se que o Ministério da Saúde utilizou até o ano de 2018 a política de prevenção e redução de danos no enfrentamento às drogas, principalmente entre os jovens, pois acreditava-se que programas preventivos que falam sobre aspectos psicossociais são mais eficazes, bem como trabalhar habilidades de resistência e crenças relacionadas ao consumo (DE MICHELI et al., 2004). Porém, em 2019 foi aprovada a lei que tratada substituição da política de redução de danos pela de abstinência total, indo contra a forma abordada por diversos países desenvolvidos, a redução de danos. Vale ressaltar que este novo modelo implementado abrange apenas a uma parcela ínfima da população, criando barreiras de acesso ao tratamento para aqueles que necessitam do mesmo (BEIRAL, 2019).

Entende-se que tratar dependentes químicos é um desafio na vida de qualquer psicólogo que esteja à frente de instituições ligadas a este tipo de atendimento. O papel do psicólogo está, inicialmente, em conquistar a confiança do usuário para que o vínculo criado entre eles seja capaz de dar segurança ao paciente e acolhimento necessário para que possa se recuperar (CFP, 2013).

Constata-se, que a Psicologia como profissão de saúde pública tem potencial para reconhecer e transformar os valores subjetivos e emocionais, além de históricos da vida dos pacientes. Com isso, o psicólogo deve ter uma conduta ampliada de conhecimentos e intervenções com as famílias, tendo um caráter profissional coletivo com equipes multiprofissionais (PAULIN; LUZIO, 2009).

Em suma, o objetivo geral dessa pesquisa foi compreender a contribuição da psicologia no tratamento de reabilitação de dependentes químicos. Partindo do pressuposto que convém o desenvolvimento de medidas que sejam cada vez mais eficazes para contribuir no tratamento desse público, também é considerável salientar a atuação do profissional de psicologia nessa modalidade. Nesse sentido, a identificação de procedimentos que auxiliam na recuperação de dependentes químicos pode favorecer o papel da psicologia nesse cenário.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste na coleta de dados a partir de fontes secundárias, sendo de ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado (MARCONI; LAKATOS, 2008).

No decurso da revisão integrativa foram realizadas as seguintes etapas metodológicas: (1) identificação do tema, questão norteadora e bases de dados; (2) estabelecimento do protocolo de revisão integrativa; (3) definição dos critérios de inclusão; (4) coleta e tabulação dos dados; (5) fichamento, avaliação e interpretação dos resultados dos estudos; (6) categorização dos resultados (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A busca de evidência requer adequada definição da pergunta de pesquisa e criação de estrutura lógica para a busca bibliográfica na literatura que facilitem e maximizam o alcance da pesquisa. Nesse sentido, estabeleceu-se para este estudo a seguinte questão norteadora: “Qual o papel da psicologia na reabilitação de dependentes químicos?”. Para tanto, foi utilizado o mnemônico PICO (P: população; I: fenômeno de interesse, Co: contexto), usado para orientar a formulação de uma pergunta clara e significativa em revisões (LOCKWOOD; MUNN; PORRITT, 2015). Foi adotado para a definição dos descritores e critérios de inclusão dos estudos, sendo: P: dependentes químicos ; I: reabilitação; Co: psicologia.

Os descritores para a busca foram definidos a partir dos Descritores em Ciências da Saúde - DECS. Adotou-se as seguintes estratégias de busca

boolomeana, através dos descritores usados em forma combinada: “dependência química” OR toxicomania AND reabilitação AND psicologia. As buscas foram realizadas no mês de março de 2021 nas bases indexadoras: Biblioteca Virtual da Saúde - BVS-Psi (Index Psi e SCIELO); - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS. Essas bases de dados foram escolhidas por serem bases com confiabilidade científica, relevância e amplitude, além de indexarem estudos nas áreas das ciências sociais e da saúde.

Os artigos foram avaliados seguindo o Protocolo de Revisão Integrativa e selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: (1) dependentes químicos como público alvo; (2) tratar temáticas de reabilitação; (3) pesquisas da área da psicologia; (4) corresponder ao problema da pesquisa. Além dos critérios de inclusão, foram utilizados materiais publicados nos últimos 10 anos (período de 2011 a 2021); publicações brasileiras e texto completo.

Dos artigos incluídos para este estudo, foi realizada a extração dos resultados em fichamento e seguiu-se o tratamento dos dados a partir da tabulação dos temas dos resultados. Os dados foram apresentados em formato de frequências simples considerando a quantidade de artigos encontrados por base de dados, autores, ano título e tema dos resultados.

Para a análise de dados foi adotado a análise de conteúdo onde se analisa a pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa, transcorre a partir da interpretação das informações dos instrumentos de coleta de dados e através da leitura criteriosa (BARDIN, 1997).

Utilizou-se a técnica de Bardin (1997) que se dá nas seguintes etapas: (1) pré-análise: escolha dos documentos /definição do corpus de análise, formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; (2) exploração do material: dados brutos transformados sistematicamente no qual permite a descrição exata das características do conteúdo expresso no texto; (3) tratamento dos resultados: informações fornecidas pela análise, permitindo apresentar os dados em diagrama.

Dentro dessa perspectiva foi adotado o procedimento da análise temática. Que segundo Souza (2019) pode ser utilizada tanto através de uma abordagem indutiva e baseada nos dados, ou seja, que não intenciona partir de

uma grade pronta, mas preestabelecer um conjunto de categorias ou temas bem definidos para analisar os dados. Onde as etapas e os instrumentos se apoiaram em: leitura minuciosa dos textos, definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado, análise categorial a partir dos temas determinados e da sua quantificação, dimensões as quais os temas apareceram, tratamento e apresentação dos resultados. Para a definição das categorias foram levantados aspectos como busca por padrões, recursividade, flexibilidade, semelhança interna nas categorias/temas e diversidade externa entre as categorias/temas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A priori, foram identificados, ao total, 150 artigos pertencentes a diferentes bases de dados. Destes, foram retirados 2 por serem duplicados. Restando assim, 148 artigos que passaram pela seleção por título e resumo, onde 137 foram excluídos por não atenderem os critérios de elegibilidade, restando 11 escolhidos para leitura íntegra que foram incluídos nessa revisão. O processo de busca e seleção dos estudos foi sintetizado por meio do fluxograma apresentado na figura 1.

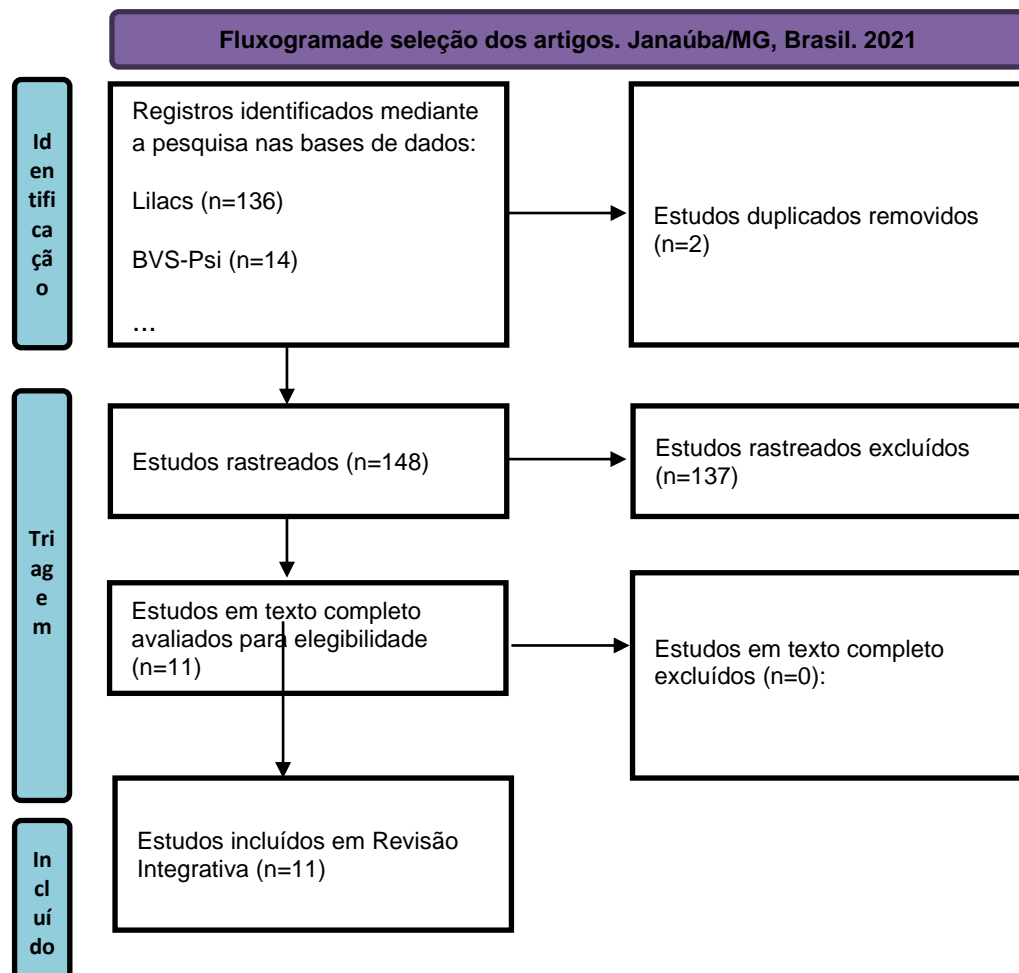


Tabela 1– Identificação (ID), distribuição dos artigos incluídos na revisão integrativa segundo autores, ano e título:

Nº do Artigo	Base de dados	Autor(es)	Ano	Título	Temas dos Resultados
1	LILACS, PePSIC	VENOSA, P. A. S.	2011	Grupos psicoterapêuticos de mulheres dependentes químicas: questões de gênero implicadas no tratamento	Grupo psicoterapêutico
2	BVS-Psi	ROMANINI, M.; ROSO, A.	2012	Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo	Grupo psicoterapêutico
3	LILACS, PePSIC	FRANCO, R. R. C.	2012	Estudo de caso pelo método fenômeno-estrutural	Reabilitação por técnicas projetivas
4	LILACS	ISRAEL-PINTO, A.	2013	As Dificuldades do Toxicodependente na Busca por Tratamento: Uma Breve Reflexão Teórica	Tratamento por oficinas
5	LILACS; Scielo	BRITO, R. M. M.; SOUZA, T. M.	2014	Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica	Tratamento psicoterapêutico na ACP
6	LILACS, PePSIC	TESSARO, L. G. S.; RATTO, C. G.	2015	Pessoas que dependem de drogas: ensaio de figuras e fechamentos	Cuidado em grupo
7	LILACS	QUEIROZ, I. S.; JARDIM, Ô. M.; ALVEZ, M. G. D.	2016	Escuta no pátio: cuidado e vínculo como práticas de redução de danos.	Tratamento a partir de tecnologias leves
8	LILACS, Index Psi	MENDES, M. S.	2017	Dependência química e fortalecimento psicossocial pelas práticas esportivas	Reabilitação psicossocial
9	LILACS, Index Psi	BASTOS, A. D. A.; ALBERTI, S.	2018	Crack! A redução de danos parou, ou foi a pulsão de morte?	Psicanálise frente ao campo de reabilitação
10	LILACS, Index Psi, PePSIC	SILVA, L. G.; TÓFOLI, L. F.; CALHEIROS, P. R. V.	2018	Tratamentos ofertados em comunidades terapêuticas: Desvelando práticas na Amazônia Ocidental.	Tratamento de reinserção social
11	LILACS, Index Psi	SHIMOGUIRI, A. F. D. T.; COSTA, M. F.; BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A.	2019	Discutindo a clínica e o tratamento da toxicomania: dos discursos à constituição subjetiva.	Tratamento psicoterápico

A distribuição das produções incluídas foi apresentada na tabela 1: Constando identificação (ID), base de dados, autores, mês, ano, título, e os resultados\temas encontrados em cada artigo. Contudo, com base no processo de seleção dos dados, nesta revisão foram incluídos 11 artigos publicados no ano de 2011 a 2021. Dentre os 11 artigos escolhidos é possível afirmar que 10% apenas refere-se como resultado a centro de recuperação, enquanto 27% buscou-se relacionar com Caps-AD, sendo realizado pelos autores ISRAEL-PINTO (2013), QUEIROZ; JARDIM e ALVEZ (2016) e MENDES (2017). Como resultado através de tratamento em Comunidade Terapêutica, obteve-se 27% dos artigos, e por fim 36% dos artigos relataram sobre tratamento em Clínica psicanalítica, sendo eles realizados pelos autores BASTOS; ALBERTI (2018), ROMANINI; ROSO (2012), SHIMOGUIR et al., (2019), VENOSA (2011).

De acordo com os resultados obtidos nessa busca, notou-se, que os critérios de conceituação, classificação e informação do número existente de Comunidades Terapêuticas nos parece um tanto quanto indefinidos. Uma vez que, essa indefinição pode ser observada na própria legislação e no Glossário de Álcool e Drogas da Secretaria Nacional Antidrogas (BRITO; SOUSA, 2014).

Verificou-se, que uma ação excludente mais que o preconceito e a discriminação sofridos pelas pessoas que não são contempladas pelos Direitos Humanos é o estigma, tanto antes ou depois da institucionalização, que se configura uma barreira importante para o tratamento. No entanto, a reabilitação psicossocial apresenta-se como emergência ética para a saúde mental, deve-se compreender quais são os sentidos atribuídos a ela (TESSARO; RATTO, 2015).

Constata-se, que as pessoas adictas sofrem frequentemente preconceitos e críticas dentro de algumas das Comunidades Terapêuticas que criam subgrupos de estigmatizados, além de sobrepor atos de violências. Dessa forma, a esfera de violações e vulnerabilidades ficam adstritas ao campo individual que compromete o desenvolvimento relacional e efetivo nos tratamentos e ações relativas ao acompanhamento, projeção e redução de danos. Então, espera-se das abordagens técnicas a diligência adequada, e não outro elemento de violação de direitos aos quais deveriam intervir junto aos mesmos a fim de reduzir o estigma e, conseqüentemente, melhorar a atenção da saúde dessas pessoas. Contudo, o que se percebe é a culpabilização por

sua condição e alegação de que são moralmente fracas (SILVA; TÓFOLI; CALHEIROS, 2018).

Ademais, ainda na prática de cuidados no âmbito da saúde mental aos indivíduos usuários de drogas, incluem-se também os tratamentos ofertados no CAPS ad, onde se constrói muitas vezes através das chamadas tecnologias leves que se constitui com base no diálogo, criatividade, acolhimento e resgate a cidadania que neste contexto se remete ao processo de vínculo entre o usuário e o profissional (QUEIROZ; JARDIM; ALVEZ, 2016).

No entanto, ressalta-se, que existem questões estruturais que não podem e não devem deixar de ser mencionadas no que diz respeito ao real investimento nestas novas estruturas assistenciais, que são os CAPS. Visto que, a carência de material, de espaço físico, de insumos necessários aos tratamentos, de condições de trabalho entre outros, compõem outra face do contexto da saúde mental que coloca os profissionais numa situação onde eles só podem, muitas vezes, contar com o desejo próprio de fazer um trabalho e com criatividade. Em suma, creditar aos profissionais de saúde mental, e mais especificamente aos profissionais dos CAPS, a responsabilidade de implantação da nova assistência que seja plausível diante desses problemas (ISRAEL-PINTO, 2013).

Todavia, para além destas questões, há de se concordar com a posição de que os profissionais são responsáveis pela assistência que eles edificam, e retorna-se aqui à reabilitação psicossocial. Evidentemente, a maneira como profissionais compreendem a reabilitação psicossocial interferirá definitivamente na forma como as práticas se constroem nos respectivos serviços. Pois, se há perspectiva mais ligada à concepção adaptativa da reabilitação, as práticas terão caráter mais hierarquizado e dominado pela perspectiva médica, e frustrará a criação concreta de novas formas de intervenção. Por outro lado, se a concepção de reabilitação psicossocial é compreendida como ética, como nova forma de abordar a loucura, como novo paradigma, a chance de encontrar serviços mais articulados com respectiva comunidade, e produzir inovações na forma de abordar a doença mental, é efetivamente maior (QUEIROZ; JARDIM; ALVEZ, 2016).

Certamente, ao abordar representações sociais de profissionais dos CAPS sobre reabilitação psicossocial, buscou-se identificar transformações que

esse conceito sofre no campo de aplicação. Alerta-se, que não é a avaliação das práticas existentes, mas a investigação que visa captar os vários sentidos assumidos pela reabilitação psicossocial entre aqueles que atuam com ou sem ela. Por certo, os profissionais de CAPS são atores sociais que primeiro fizeram mediação deste conceito no campo social. Neste sentido, o que se buscou na investigação foi conhecer como a reabilitação psicossocial reproduziu-se dentro do contexto dos CAPS a partir desta comunicação intersubjetiva proporcionada por profissionais que neles trabalham. Na verdade, reproduzir neste sentido é mais do que repetir produção, mas reinventar e ressignificar constantemente (QUEIROZ; JARDIM; ALVEZ, 2016).

Por sua vez, o fato das representações sociais nunca esgotarem seu objeto, é porque serão sempre resultantes de uma perspectiva, de um arranjo de sistemas representativos atravessados por interesses, valores e ideologias. Então, foi com essa perspectiva que se dirigiu o olhar para a reabilitação psicossocial. Assim, procurou-se identificar qual ou quais representações que emergem deste conceito no cotidiano dos CAPS (MENDES, 2017).

Salienta-se, que a reflexão desdobrada da análise da experiência concreta de convivência em um CAPS, articulada com o esforço teórico inspirado por diferentes campos de saber e diferentes experiências no campo da saúde mental, apontou para a potencialidade da convivência como uma estratégia de cuidado. Porquanto, a convivência se guiada pelas constelações de princípios e características sustentadas pelas dimensões éticas e política - afinal não é qualquer encontro humano que é terapêutico - configura-se na possibilidade de construir um cuidado privilegiado em saúde mental através das disponibilidades afetivas de estar com, fazer junto e deixar ser (QUEIROZ; JARDIM; ALVEZ, 2016).

De acordo com Israel-Pinto (2013), o CAPS não é um Centro de Convivência. Visto que, este tem sua função e objetivos estratégicos e específicos na constituição da RAPS. Além disso, é um espaço no qual as pessoas dessemelhantes possam transitar e assim, oferecer à população possibilidades de troca social, de intervenção e produção na comunidade e na cultura.

Constata-se, que o CAPS pode ser reorganizado de modo a constituir-se como um espaço de tratamento que reconhece o potencial terapêutico da

convivência. Pois, de acordo as suas características que são a abertura; o poder escolher; o estar disponível a cada um; constrói conjuntamente a partir do desejo e do vínculo, o acolhimento de diferentes formas de participação em um espaço afetivo que visa o estabelecimento de relações horizontais e fraternas. Assim como, permitem a construção de um cuidado que respeita as peculiaridades de quem é acompanhado e que fundamentalmente em um mesmo movimento visa o empoderamento (ISRAEL-PINTO, 2013).

Dado o exposto, aborda-se a reabilitação psicossocial caracterizada como categoria que está na centralidade do modelo proposto pela Reforma Psiquiátrica e que atravessa a construção de todas as práticas no campo da saúde mental. Pretende-se assim, estabelecer novo paradigma no modelo assistencial. Dessa forma, ela vem suscitar várias questões, que vão desde as formas de compreender a loucura até a definição das práticas existentes e do próprio espaço terapêutico quando se escolheu reabilitação psicossocial como categoria às produções destes sentidos que nortearão as práticas existentes (MENDES, 2017).

Ainda, segundo Mendes (2017), a pertinência do seu estudo está no fato de que o desvirtuamento da compreensão da reabilitação psicossocial comprometeria todo o projeto de reversão da assistência psiquiátrica preconizada pela Reforma. Reforça-se, que reabilitação psicossocial é aqui entendida não como metodologia, mas como compromisso ético dos profissionais que estão no atendimento. Efetivamente, é do compromisso ético que se desenharão as várias possibilidades de intervenção. Assim, compreende-se a viabilidade de mudança concreta da assistência psiquiátrica.

Similarmente, a reabilitação psicossocial coloca-se como categoria chave e deve ser compreendida e avaliada criticamente pelos trabalhadores de saúde mental no processo de construção de suas práticas. Justamente, este é o ponto que interessa para a investigação. Reflete-se, como a reabilitação psicossocial é compreendida pelos profissionais de saúde mental e como estes trabalhadores, a partir desta compreensão, desenvolvem seus projetos terapêuticos e estabelecem relações com os usuários do sistema, com os familiares destes usuários e com a comunidade (ISRAEL-PINTO, 2013).

Em vista dessas considerações, optou-se por abordar reabilitação psicossocial não apenas como conhecimento conceitual, mas como categoria

que é investida por ideário social e assume sentidos que extrapolam contornos teóricos acerca da mesma. Por isso, a abordagem sobre reabilitação psicossocial como representação social, é a forma de conhecimento particular que se gesta nas interações sociais. Salieta-se, que a apropriação do conhecimento científico pelo senso comum dinamiza o próprio conhecimento, além de agregar outros elementos que refazem o sentido dos conceitos. Certamente, as representações sociais articulam ciência e senso comum (ISRAEL-PINTO, 2013).

Por outro lado, utilizando as práticas da psicologia no seu papel de reabilitação. Verificou-se, que o estudo de Franco (2011), apresentou através da avaliação obtida pelo teste e reteste um dado relevante para compreender a personalidade do participante e a lógica de seu funcionamento mental. Ou seja, o uso das técnicas projetivas no contexto da toxicomania se mostrou eficaz para conhecer as dificuldades que afetam uma pessoa que decide ser internada para o tratamento da dependência química.

Então, foi possível identificar que o método fenômeno estrutural contribui de forma minuciosa para situar e inscrever a existência do participante no tempo vivido e é capaz de compreender a expressão do participante, que como qualquer outra pessoa tem uma forma peculiar e particular no modo de ver e de tomar contato com o real. Logo, a avaliação do reteste foi bastante expressiva e capaz de capturar as evoluções na qualidade e organização das respostas apreendidas por meio dos testes de Zulliger, Pfister e HTP. Assim, este estudo mostrou que o indivíduo após seis meses de abstinência e tratamento terapêutico começou a se conectar com a sua própria história e experiência adquirida (FRANCO, 2011).

Posteriormente, sobre a abordagem centrada na pessoa na dependência química, é possível afirmar que os atendimentos estão inseridos dentro de uma dinâmica maior, um trabalho interdisciplinar em que o psicólogo trabalha em parceria com outros profissionais que visa à melhora do interno. Logo depois, o fato de a psicoterapia servir ao tratamento da dependência química não exclui que o cliente explore outros campos de sua vida, como suas relações familiares ou como outras experiências significativas que não tenham relação com a substância química. Por isso, o psicólogo não deve estar fechado a nada que o indivíduo traga. Sendo assim, a psicoterapia se faz importante como um

espaço de recriação e fortalecimento do sujeito. Uma vez que, a abordagem centrada na pessoa como potente postura terapêutica nos possibilita estar plenamente com o outro e lhe ajudar em sua batalha contra a dependência química (BRITO; SOUSA, 2014).

Para Tessaro e Ratto (2015), com relação aos indivíduos dependentes químicos de maneira geral são vistos como pessoas destituídas de seu poder pessoal. Portanto, o terapeuta que assume a responsabilidade sobre o paciente de forma a gerar disparidade hierárquica, que se coloca na posição de detentor de saberes ocultos sobre o paciente, ou no lugar de quem prescreve condutas adequadas, está nessa visão, contribuindo para que o paciente permaneça em uma posição dependente. Dessa forma, algumas reflexões foram construídas a partir da experiência do autor, apontando que não é só preciso se atentar para o sujeito, mas também para os estímulos que perpassam e geram modos contemporâneos de existência.

Para mais, verificou-se estudos clínicos psicanalíticos, onde o material observado desvelou muito do funcionamento e da constituição do sujeito, além dos efeitos das formas de sobrevivência das populações marginalizadas. Decerto, todas essas relações, passíveis de serem observadas no relato das sessões, surgiram na transferência com os psicanalistas e na interpretação do material inconsciente que emergiu no grupo enquanto situações de vida e significantes elaborados no aqui agora grupal. Já que, esses significantes emergentes e porta-vozes foram trabalhados para que se pudessem constituir em generalizações consistentes de várias das relações sociais ali presentes (BASTOS; ALBERTI, 2018, ROMANINI; ROSO, 2012, SHIMOGUIR *et al.*, 2019 e VENOSA, 2011).

Com isso, afirma-se que com esse grupo se fez um trabalho de pesquisa em psicanálise que possibilitou o entendimento de relações profundas da vida humana, e trouxe contribuições muito efetivas para as políticas públicas. Então, essas descobertas puderam mais tarde serem utilizadas na formação de técnicos e demais trabalhadores dos campos da saúde, assistência social, educação, e dos direitos humanos, entre outros. Também, o material clínico possibilitou o entendimento de algumas relações profundas do sujeito com a rua, e de como essa se constitui enquanto instituição muito rígida, uma

instituição total das populações marginalizadas que nela e dela vivem (ROMANINI; ROSO, 2012).

De acordo com Bastos e Alberti (2018), outro resultado da pesquisa é a comprovação de que a clínica psicanalítica pode ser exercida em qualquer situação social, e que a sua aplicabilidade está em função da construção de dispositivos clínicos que devem ser articulados com base em uma escuta muito cuidadosa das urgências sociais presentes no campo de trabalho.

Segundo Venosa (2011), na busca em identificar as consequências nocivas do uso de álcool na vida das mulheres dependentes químicas, foram apresentadas afirmativas associadas a efeitos prejudiciais relacionados ao consumo de bebidas. Observou-se, uma diferença significativa entre a amostra de homens e mulheres, onde os homens apresentaram maiores efeitos prejudiciais ao que se refere: projetos de vida; vida familiar; vida financeira e do trabalho; e nas relações de emprego. No entanto, as mulheres destacaram apenas o aspecto da saúde. Consoante, estes prejuízos representam um dado significativo a ser considerado no desenvolvimento de programas de intervenção na instituição.

Ainda segundo o estudo de Venosa (2011), de fato, para a psicanálise, o que ocorre é que o sujeito que se tornou dependente químico encontra sentidos em sua vida e no seu sintoma, no caso, na dependência à droga. Assim, pode encontrar formas menos mortíferas de lidar com seus conflitos. Conforme, a intervenção psicoterapêutica nesses grupos, que pode atentar para tais questões, estaria cumprindo a sua função por excelência que é a de pôr em movimento todo um processo de refutação das certezas que o sujeito construiu acerca de si, que o tira da espera, e o leva a falar mais e a elaborar.

Romanini e Roso (2012), acreditam que através de conversas cotidianas e de encontros com profissionais da saúde, que em grande parte dos serviços públicos de saúde existe a ideia recorrente de que o tratamento psicanalítico não é aconselhado em casos de toxicomania, já que esses pacientes precisam de tratamento breve e urgente e não conseguem estabelecer uma relação transferencial. É preciso lembrar que as intervenções e direção do tratamento estão inseridas no campo da atenção psicossocial, no qual a dimensão social e/ou territorial é considerada essencial na intervenção clínica.

Realmente, as contribuições da psicanálise para o tratamento das toxicomanias nos parecem ser fundamentais nas instituições de um CAPS ad, pois ambos estão preocupados com a reinserção dos sujeitos. Ou seja, enquanto as instituições são criadas para curar ou excluir os sintomas provenientes do desamparo fundamental, como por exemplo, o sintoma da toxicomania, a psicanálise concebe o sintoma como a forma possível ao sujeito de se inserir na realidade. Isto é, operar com seu mal estar estrutural, ainda que essa operação se constitua de modo precário ou mesmo autodestrutivo (ROMANINI; ROSO, 2012).

Segundo Romanini e Roso (2012), as considerações da psicanálise acerca do consumo de drogas são a partir da associação que o sujeito estabeleceu com esse objeto que é a droga. Portanto, como um método subjetivo, e não apenas como desvio de conduta social e biológica. Certamente, para o autor a criação de uma clínica psicanalítica relacionada à ampliação do conceito de clínica por meio da criação de dispositivos de tratamento é vista como um desafio e uma possibilidade para os psicanalistas que atuam nessas instituições. Porque isso exige que esses profissionais tenham uma ética rígida e uma postura clínica-política que esteja de acordo com os princípios básicos da psicanálise.

De acordo Israel-Pinto (2013), sobre as dificuldades do tóxico dependente na busca por tratamento, a problemática da tóxico dependência, nos dias atuais, em solo brasileiro, tem sido cada vez mais encarada como algo que envolve questões de saúde pública. Portanto, a Psicologia deve ater-se na investigação da realidade do cidadão e escutá-lo, pois a tóxico dependência pode ser espelho da situação de desaparecimento do sujeito do desejo, diante do mal-estar. Sem dúvida, o psicólogo tem que reservar a esse sujeito tóxico dependente o lugar de sujeito-cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho levantou questões no âmbito do tratamento de dependentes químicos, focalizando identificar as contribuições da psicologia na reabilitação.

Percebeu-se que é importante que a instituição, seja ela qual for, proporcione um espaço para a conversa livre, com o trabalho do psicólogo sendo valorizado e permitindo um ambiente acolhedor, uma escuta atenta. O processo terapêutico prioriza intervenções individuais, grupais e sociais, atribuindo funções, direitos e responsabilidades ao sujeito, fazendo com que se tornem autores de suas histórias, enfatizando a importância da reinserção e acolhimento social deste grupo.

Observou-se que o fazer do psicólogo com dependentes químicos é primordial e envolve inúmeras questões, isso porque na atualidade o abuso de drogas se encontra presente em grande parte da realidade dos indivíduos, provocando assim, um sofrimento que afeta não somente o dependente químico, mas de todos que ele possui convivência.

Verificou-se algumas dificuldades de atuação nessa área como pouco investimento nas estruturas assistenciais, o que leva a carência de recursos a serem utilizados em estratégias de intervenção. Isso exige que o psicólogo busque se envolver em trabalho conjunto com equipes multidisciplinares visando à promoção de outros métodos que beneficie a saúde do usuário.

Conclui-se que o fato dessas dificuldades existirem constitui-se para a psicologia um estímulo a continuidade de estudos nessa área que apresente uma visão mais ampla dessas questões e maior disponibilidade de intervenção de parte do profissional de psicologia. Tais providências por certo proporcionarão análises mais amplas, acerca do tratamento e dos fatores psicológicos influentes na recuperação dos dependentes químicos em tratamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BASTOS, A. D. A.; ALBERTI, S. Crack! A redução de danos parou, ou foi a pulsão de morte? **Psicol. USP**, Rio de Janeiro, v. 29/ n. 2 p. 212-225, maio-ago. 2018.

BEIRAL, T. Cidadania e Redução de danos na Atenção aos usuários de álcool e outras drogas: uma discussão teórica. Orientador: Lilian Miranda. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Rev. Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136. Nov. 2011. Acesso em 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD). **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 4. ed. Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 (Republicada em 2013). Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, dez 2011/2013.

BRITO, R. M. M.; SOUSA, T. M. Dependência química e abordagem centrada na pessoa: contribuições e desafios em uma comunidade terapêutica. **Rev. abordagem gestalt**, Goiânia, v 20/ n. 1, jun 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referências técnicas para a atuação de psicólogos em políticas públicas de álcool e outras drogas. Brasília, DF, dez 2013.

DE MICHELI, D.; FISBERG, M.; FORMIGONI, M. L. O.S. Estudo da efetividade da intervenção breve para o uso de álcool e outras drogas em adolescentes atendidos num serviço de assistência primária à saúde. In: **RevAssocMedBras**, n.50, v. 3, p. 305-313, 2004.

FRANCO, R. R. C.; Estudo de caso pelo método fenômeno-estrutural. **Aval. Psicol.**, Itatiba, v.11/n.3, jul-set 2012.

ISRAEL-PINTO, A. As Dificuldades do Toxicodependente na Busca por Tratamento: Uma Breve Reflexão Teórica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 207-215, jul./set. 2013.

LOCKWOOD, C., MUNN, Z., & PORRITT, K. (2015). Qualitative research synthesis: methodological guidance for systematic reviewers utilizing meta-aggregation. **JBI Evidence Implementation**, 13(3), 179-187.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. Ed. 5º, São Paulo, **Editora ATLAS**, 2008.

MENDES, M. S. Dependência química e fortalecimento psicossocial pelas práticas esportivas. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 22, n. 3, set 2017.

MOREIRA, M. I. B. ; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Ações de saúde mental na rede de atenção psicossocial pela perspectiva dos usuários. **Saúde e Sociedade** , v. 26, p. 462-474, 2017.

PAULIN, T.; LUZIO, C. A. A psicologia na saúde pública: desafios para a atuação e formação profissional. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), 98-109. 2009.

PRATTA, E. M.M. et al. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 203-211, 2009.

QUEIROZ, I. S.; JARDIM, Ô. M.; ALVEZ, M. G. D. Escuta no pátio: cuidado e vínculo como práticas de redução de danos. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João Del-Rei, v.11/n.3, set-dez. 2016.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Psicanálise, instituição e laço social: o grupo como dispositivo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 23/ n.2, jun. 2012.

ROCHA, G. M. de S. Estratégias do Ministério da Saúde para o enfrentamento do uso de drogas ilícitas. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fiocruz, Brasília, 2015.

SHIMOGUIRI, A. F. D. T; COSTA, M. F.; BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Discutindo a clínica e o tratamento da toxicomania: dos discursos á constituição subjetiva. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 30, abr. 2019.

SILVA, L. F. C. B. Alcoolismo - Do Cálice que Cala à Escuta que Liberta. Curitiba. **Juruá Editora**, p. 56, 2011.

SILVA, L. G.; TÓFOLI, L. F.; CALHEIROS, P. R. V. Tratamentos ofertados em comunidades terapêuticas: Desvelando práticas na Amazônia Ocidental. **Estud. Psicol**, Natal, v.33/ n. 3 jul-set. 2018.

SOUZA, J.. A Intervenção Do Serviço Social Na Prevenção Da Recaída Do Uso De Substâncias Psicoativas. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2010.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

TESSARO, L. G. S.; RATTO, C. G. Pessoas que dependem de drogas: ensaio de figuras e fechamentos. **Rev. Abordagem gestál**, v.21, n. 1, p. 83-94, jun. 2015.

VENOSA, P. A. S. Grupos psicoterapêuticos de mulheres dependentes químicas: questões de gênero implicadas no tratamento. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 12/ n.1 jun, 2011.

ZANARDO, G.; BIANCHESSE, D.; ROCHA, K. Dispositivos e conexões da rede de atenção psicossocial (RAPS) de Porto Alegre - RS. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 3, p. 80-101, 2018.